

Para compreender o presente é necessário olhar o passado. Sobre a nossa terra, a Bahia, existem várias obras, mas uma, sobre o século XVIII, se destaca pelo detalhamento e compreensão da realidade. Trata-se da Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas, que na sua última edição (1969) recebeu o título de “A Bahia no Século Dezoito”, de Luís dos Santos Vilhena.

O autor foi um professor nomeado em 1787, por carta régia, para lecionar grego na então Cidade da Bahia. Em que pese algumas dúvidas sobre as fontes de seu incrível trabalho, como as plantas, os orçamentos e as listas, algumas de suas observações e conclusões são tão atuais que chocam.

Na página 78, do primeiro volume, após ter listado a riqueza desta terra, comenta a “desorganização administrativa” e culpa a falta de “governo econômico” pela situação de penúria dos cofres públicos, a seguir dizendo claramente que o motivo é que aqueles que *“anualmente entram na governança o fazem interessados mais nos seus cômodos, de parentes e amigos do que zelar pelo bem público”* leia-se: todos aqueles que passam a ocupar função pública o fazem pensando em seu benefício ou de parentes e amigos. E segue, *“concorrendo para que o Senado mande fazer muitas e dispendiosíssimas obras que só vem resultar em utilidade de um particular, do engenheiro, ou mestre que as dirige, e do empreiteiro.....”* e mais adiante *“só servem de utilidade aos poderosos”*. Na página seguinte explica: *“armam tais ligeirezas que indevidamente se fazem introduzir nas pautas, valendo-se dos empenhos de personagens.....é já com a tenção formada de conseguir mil cousas injustas”*

Acredito que foi desta forma que conseguimos duzentos anos depois chegar à categoria de maior cidade do mundo sem um sistema eficiente de esgotamento sanitário e que mesmo depois construir um, o Bahia Azul, ainda não se atende a uma parte considerável da população que não possui renda para pagar pelo serviço e pela ligação de suas casas a essa maravilha da engenharia. Uma cidade onde 74% da população reside em áreas com condições socioeconômicas e habitacionais precárias, conforme o estudo do Ministério das Cidades, de dezembro de 2007, sobre o Brasil Urbano. Essas áreas representam aproximadamente a metade do território de Salvador que acabou irregular, composta por invasões, espaços irregulares, sem ruas para circulação, sem praças, sem quadras para os jovens praticarem esportes, sem presença do Estado e sem segurança.

A segurança pública não se inventa, ela é produto do planejamento urbano, o Rio de Janeiro já percebeu que a solução é a reforma urbana e começou a tentar corrigir os anos de abandono de suas favelas. E aqui? O que o novo PDDU prevê?

*Coordenador do Curso de Planejamento Urbano e Gestão de Cidades da UNIFACS e do Observatório de Segurança Pública da Bahia.